

Brasília-DF, 02 de outubro de 2026



Lula costura acordo e fim da escala 6x1 será votado após o 1º turno das eleições

Cúpula do Senado sinalizou positivamente para pautar a proposta após o primeiro turno



Presidente Lula - Foto: Miguel Schincariol / Afp

Lula avançou nas negociações para tentar levar ao plenário do Senado a proposta que prevê o fim da escala de trabalho 6x1 logo após o primeiro turno das eleições. As tratativas vêm sendo conduzidas há semanas nos bastidores, e integrantes do governo receberam, nos últimos dias, uma sinalização positiva da cúpula do Senado de que Davi Alcolumbre deverá pautar a matéria, segundo apuração da CNN Brasil (via Clarissa Oliveira).

A expectativa discutida pelos envolvidos é que a votação ocorra entre o primeiro e o segundo turnos. A possibilidade de uma sessão já na próxima semana está sobre a mesa, embora ainda não haja data definida.

Estratégia eleitoral do Planalto

A movimentação representa uma mudança relevante de postura. No início de setembro, Alcolumbre havia afirmado publicamente que a proposta seria levada ao

plenário somente após as eleições. A reversão desse cronograma não é casual: a votação passou a ocupar espaço central na estratégia eleitoral do Palácio do Planalto.

Segundo fonte da campanha ouvida pela CNN Brasil, a avaliação é que a aprovação do fim da escala 6x1 pode fortalecer Lula em uma disputa apertada com o senador Flávio Bolsonaro (PL), com levantamentos eleitorais mostrando os dois candidatos dentro da margem de erro em diversos cenários. Integrantes da campanha veem a redução da jornada como uma das medidas capazes de mobilizar o eleitorado trabalhador na reta final. O tema ganhou força dentro do governo durante o primeiro semestre, em meio às dificuldades de Lula na avaliação popular, e foi incorporado à plataforma defendida pelo presidente para um eventual quarto mandato.

Requisitos para aprovação da PEC e histórico da proposta

Para que a proposta avance, o caminho ainda exige esforço político considerável. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), são necessários ao menos 49 votos favoráveis em dois turnos no plenário do Senado. O texto já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, mas não avançou para a votação dos senadores.

Lula tem declarado publicamente que pretende ver o fim da escala 6x1 aprovado ainda neste ano. O governo já havia tentado acelerar a votação antes do primeiro turno, sem sucesso. Agora, com o acordo sinalizado pela cúpula do Senado, a proposta que permanecia pendente na agenda presidencial pode finalmente chegar ao plenário, com o calendário eleitoral funcionando como fator de pressão.

Fonte: Revista Fórum

Voto consciente exige memória e informação

Neste domingo, estaremos diante de uma responsabilidade que vai muito além de escolher um número na urna. O voto é uma decisão sobre o futuro e precisa ser exercido com liberdade, informação e consciência.

Quero começar com uma pergunta: você se lembra em quem votou para deputado federal na última eleição? Se lembra, acompanhou o mandato? Sabe quais projetos apresentou, como votou e quais explicações deu à sociedade sobre suas decisões?



Brasília-DF, 02 de outubro de 2026

Se não lembra, vale recuperar essa informação nos seus próprios registros e conhecer melhor a trajetória de quem recebeu sua confiança. Acompanhar a política não pode ser uma tarefa restrita à semana da eleição.

Nos últimos dias de campanha, as promessas se multiplicam. Mas uma frase bonita, um vídeo bem produzido ou uma mensagem encaminhada pelo celular não substituem a pesquisa. É preciso conferir propostas, consultar fontes confiáveis e verificar se aquilo que está sendo prometido está entre as atribuições do cargo disputado.

Os registros públicos da Câmara dos Deputados e do Senado ajudam a conhecer a atuação parlamentar. Ao consultar uma votação, procure também entender o conteúdo da proposta, suas alterações e o contexto da decisão. Um recorte nas redes sociais pode deixar de fora informações essenciais.

Nessa pesquisa, vale consultar como cada parlamentar se posicionou em projetos sobre direitos trabalhistas, aposentadorias e condições de vida da população. No debate sobre a escala 6 por 1 — seis dias de trabalho para um de descanso —, procure conhecer as propostas de mudança, seus autores e os registros de eventuais votações. É importante distinguir quem defende manter a escala de quem propõe alterá-la ou acabar com ela, sem confundir discursos de campanha com decisões efetivamente tomadas. Confira os fatos e forme sua própria avaliação.

Esse cuidado deve valer para todos os candidatos. A análise precisa ter critérios, disposição para conferir os fatos e respeito às diferentes opiniões. Ninguém deve decidir sob pressão, ameaça ou informações falsas.

Também é preciso dizer com clareza: o voto não pode ser tratado como mercadoria. Um botijão de gás, uma cesta básica ou cem reais não podem servir de moeda de troca pela liberdade de escolha de ninguém. As dificuldades de uma família merecem respeito e políticas públicas, jamais exploração eleitoral.

Antes de compartilhar uma denúncia ou uma promessa surpreendente, confira a origem, a data e o conteúdo completo. Na dúvida, não ajude a espalhar. Uma eleição consciente depende também da responsabilidade de cada um com a informação que faz circular.

E o compromisso não termina quando a votação acaba. Depois da eleição, é hora de acompanhar, cobrar explicações e fiscalizar o exercício dos

mandatos. A participação democrática precisa continuar nos quatro anos seguintes.

Neste domingo, leve para a urna uma decisão que seja realmente sua: livre, informada e consciente. Seu voto merece respeito. Sua consciência também.

Eduardo Annunziato (Chicão) é Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente – FENATEMA, Diretor de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e Vice-presidente da Força Sindical

Fonte: Rádio Peão Brasil

Campanha presidencial: uma disputa entre o enredo e a narrativa

Por Rita Serrano (*)

Nesta campanha há uma clara disputa entre o enredo, representado pelo presidente Lula, e a narrativa, representada pelo senador Flávio Bolsonaro. Enquanto o primeiro entrega realizações e assume compromissos com a democracia, a ciência, o meio ambiente e a soberania, além de políticas públicas de interesse coletivo, o segundo aposta na luta política, no entreguismo e no golpismo, escondido atrás de um discurso falsamente religioso e moralista.

Antes de adentrar o mérito da disputa, é preciso conceituar com clareza os dois termos que estruturam esta coluna.

Enredo, na acepção aqui empregada, diz respeito ao conteúdo concreto da ação política: são os fatos, as entregas, as políticas públicas efetivamente implementadas, os compromissos assumidos e cumpridos, a coerência entre discurso e prática. O enredo se materializa na vida das pessoas — no salário que aumenta, no remédio que chega, na escola que funciona, no emprego que se cria. É a substância da política, aquilo que permanece quando a poeira da retórica baixa.

Já narrativa, no sentido que aqui se atribui, é a construção discursiva que busca substituir os fatos por versões, as entregas por promessas vazias, os problemas por culpas alheias. A narrativa não se compromete com a realidade: ela se compromete com a eficácia eleitoral. É a política reduzida a marketing, a disputa transformada em espetáculo, o debate público convertido em palco de acusações sem lastro. O presidente Lula, em todos os seus mandatos, manteve coerência entre discurso e prática em relação



Brasília-DF, 02 de outubro de 2026

às políticas públicas. Neste terceiro mandato, reativou os espaços de diálogo e concertação, deu aumento real para o salário-mínimo e para os pisos de benefícios previdenciários e assistenciais, isentou os mais pobres do imposto de renda, repôs o poder de compra dos salários dos servidores ativos e aposentados, reconstruiu a máquina pública e promoveu concursos públicos, fortaleceu o SUS, com o programa Mais Especialidades, e recriou o Farmácia Popular. São entregas verificáveis, mensuráveis, que impactam diretamente a vida de milhões de brasileiros. Não se trata de promessas para o futuro, mas de realizações do presente, de um enredo que se escreve cotidianamente com políticas públicas de interesse coletivo.

Especificamente para os inscritos do Cadastro Único, com renda per capita até meio salário-mínimo, criou o Pé de Meia, zerou as parcelas do programa Minha Casa Minha Vida, criou o Gás para Todos, deu gratuidade para a tarifa de energia para o consumo até 80 kWh por mês, além de ter zerado os impostos sobre a cesta básica e instituído o cashback no âmbito da reforma tributária. Para o próximo mandato, além de manter e valorizar os programas atuais, ampliar o investimento em saúde e educação, vai garantir: fim da escala 6x1, assegurando mais um dia de folga para os trabalhadores, tarifa zero no transporte coletivo urbano e acesso gratuito ao pessoal de baixa renda às canetas emagrecedoras, dentre outras propostas do programa de governo. Com Lula não tem enganação: a entrega é certa. O enredo fala por si.

Já Flávio Bolsonaro é o clone do pai dele, Jair Bolsonaro, cujo governo deixou um legado de negação da ciência, de ataque à democracia e desmonte dos serviços e das políticas públicas, incluindo a morte de mais de 700 mil pessoas durante a pandemia do coronavírus. O programa do Flávio Bolsonaro tem como pontos centrais anistiar os golpistas, armar a população, vender as estatais e entregar as riquezas minerais e petrolíferas do país aos governos estrangeiros, especialmente aos Estados Unidos de Trump. É um programa que não propõe nada de concreto para melhorar a vida do povo brasileiro: apenas reedita velhas bandeiras do atraso, agora travestidas de novidade.

A campanha é toda centrada em narrativa rasa, cujo núcleo central consiste em apontar problemas e acusar Lula e a esquerda como responsáveis por eles, sem propor nenhuma solução concreta. Só aponta o dedo, vale-se da religião e do moralismo para assustar as famílias com ameaças fantasiosas, que nunca aconteceram nem irão acontecer nos governos do PT, como a obrigatoriedade de banheiro unissex, de casamento gay e de invasão de propriedade privada, além do discurso batido de combate ao crime

organizado e à corrupção. É a política do medo, da mentira organizada, da desinformação como método. Enquanto o enredo se constrói com realizações, a narrativa se sustenta com fantasmas.

Como é que alguém com o histórico do Flávio Bolsonaro — conhecido como defensor de miliciano, praticante de rachadinha e frequentador de orgias — tem moral para falar em combate à violência e à corrupção ou em defesa da família? A pergunta não é retórica: ela expõe a contradição fundamental entre o discurso e a prática de quem quer que se apresente como salvador da pátria. A narrativa, quando desprovida de enredo, não resiste ao escrutínio dos fatos. E os fatos, ao contrário das versões, não se dobram à conveniência eleitoral.

O eleitor brasileiro tem, portanto, uma escolha clara: de um lado, o enredo de quem entrega, de quem governa para todos, de quem respeita a democracia e a ciência; de outro, a narrativa de quem apenas explora o medo, a desinformação e o ódio. A história recente do país já mostrou o que significa um governo sem enredo, sustentado apenas por narrativa: negacionismo, mortes evitáveis, destruição de políticas públicas, ataques às instituições. O Brasil não pode voltar a esse passado. A escolha entre enredo e narrativa não é apenas eleitoral: é civilizatória.

(*) Rita Serrano é presidente do Diap. Ex-presidente da Caixa Econômica Federal. Doutoranda em Administração

Fonte: Diap

Jovens fora do trabalho e da escola atinge menor nível em 10 anos



Brasil registra 8,8 milhões de jovens sem trabalho e fora da escola, menor número em dez anos, enquanto desemprego juvenil chega à mínima

O número de jovens sem trabalho e fora da escola caiu ao menor patamar em dez anos, segundo levantamento divulgado pelo Dieese nesta semana.

No segundo trimestre de 2026, 8,8 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos estavam nessa condição, representando 17,9% dos jovens brasileiros.

Além disso, o contingente mantém trajetória de queda desde 2020, quando alcançou 14,6 milhões de pessoas, maior número registrado na série apresentada pelo Dieese.

Em 2025, eram 8,9 milhões. O Boletim Emprego em Pauta nº 34 utilizou dados da Pnad Contínua, pesquisa realizada periodicamente pelo IBGE.

Brasília-DF, 02 de outubro de 2026

Desemprego juvenil atinge mínima histórica

A melhora acompanha o aquecimento do mercado de trabalho. A taxa de desemprego entre jovens alcançou 10%, menor nível da série apresentada pelo Dieese. Em comparação, a taxa estava em 16,6% em 2022. Segundo o levantamento, o crescimento das vagas formais contribuiu diretamente para melhorar esses indicadores.

Entre 2022 e 2026, o número de jovens fora da escola, mas empregados formalmente, cresceu 6,2%, enquanto trabalho combinado aos estudos avançou 2,8%.

Ao mesmo tempo, o número de jovens procurando emprego recuou 42%, reforçando os sinais de melhora registrados pelo mercado de trabalho nesse período.

Dieese questiona expressão "nem-nem"

Entretanto, o Dieese questiona o termo "nem-nem", porque considera que essa expressão transmite uma ideia de passividade incompatível com a realidade dos jovens brasileiros.

Dos 8,8 milhões nessa situação, pelo menos 60% procuravam emprego, realizavam cursos fora da educação regular ou cuidavam dos afazeres domésticos diariamente.

Apenas 2% disseram que permaneciam fora do mercado porque não queriam trabalhar. Por isso, o Dieese utiliza a expressão "sem-sem" em seu levantamento.

Salários continuam menores entre jovens

Apesar dos avanços, permanecem desigualdades importantes. No segundo trimestre, 26,6 milhões de jovens ocupados receberam rendimento médio mensal de aproximadamente R\$ 2.459.

Enquanto isso, trabalhadores com 30 anos ou mais receberam R\$ 3.621 mensais, valor 32% superior ao rendimento médio registrado entre trabalhadores mais jovens.

Além disso, 41% dos jovens ocupados ganhavam até um salário mínimo, demonstrando que a expansão do emprego ainda convive com remunerações relativamente menores atualmente.

As desigualdades também aparecem dentro da juventude. Entre mulheres negras, 27,2% estavam sem trabalho e escola, contra 10,5% entre homens considerados não negros.

Nesse cenário, 12,7% das jovens negras permaneciam afastadas do trabalho e da escola

enquanto se dedicavam principalmente aos afazeres domésticos, segundo dados do levantamento.

Emprego formal avança, mas qualificação preocupa

Quase metade dos jovens ocupados trabalhava com carteira assinada. Contudo, muitos permaneciam concentrados em funções que geralmente não exigem formação ou qualificação profissional específica.

Entre as 20 ocupações mais frequentes entre jovens, nenhuma exigia formação técnica ou superior, conforme apontou o levantamento elaborado e divulgado pelo próprio Dieese.

Balconistas, vendedores de lojas, escriturários e trabalhadores da construção aparecem entre as ocupações mais comuns, indicando desafios para ampliar qualificação, renda e oportunidades profissionais.

Fonte: Rádio Peão Brasil

